



Editorial v. 18 - n. 35 – 2º Semestre de 2019

Caro leitor, o primeiro trabalho dessa edição tem o título “Os impactos da Lei Kandir e da desoneração tributária sobre as exportações brasileiras: o caso do Paraná” teve como propósito verificar os impactos que a Lei Kandir exerceu sobre o comércio exterior brasileiro, no período de 1992-2005, com ênfase para o Estado do Paraná, e representa um paradoxo para a economia brasileira, pois, foi determinante para o crescimento das exportações e reduziu o caixa da União.

O segundo trabalho, com o título “Maldição dos recursos naturais, Amazônia e desenvolvimento institucional” busca explicar a capacidade limitada do mercado e do governo em aproveitar os recursos naturais para aumentar a capacidade produtiva e a qualidade de vida da sociedade.

O terceiro artigo, “Comportamento do consumidor frente a sustentabilidade” trata do comportamento do consumidor e os hábitos de compra e consumo, em relação a reciclagem e recursos, e para isso, traz uma perspectiva detalhada da mudança comportamental das pessoas e o foco dos estudos científicos sobre o tema.

O quarto artigo tem o título “Determinação de uma região no Estado do Paraná: aplicação da Teoria da Base de Exportação” e os autores propõem que para uma região se desenvolver é necessário vincular sua estrutura produtiva a um produto de exportação. Isso fará com que haja crescimento econômico mediante efeito multiplicador que agirá sobre toda a economia.

O quinto artigo “Exemplifying the Bradford’s Law: an analysis of recent research (2014-2019) on capital structure” sendo que o objetivo principal deste artigo é analisar a produção acadêmica mundial recente (2014-2019) sobre a estrutura de capital por meio do uso da Lei de Bradford. Para isso, os autores coletaram os artigos científicos disponíveis na Web of Science. Os principais resultados indicaram que o pico de produção científica sobre o assunto ocorreu em 2017 (1.765 artigos).

O sexto artigo “Sustentabilidade e desenvolvimento social: o caso de uma microempresa de serviços eletrônicos” objetiva demonstrar o prejuízo ambiental causado pelo descarte de lixo eletrônico de um microempreendedor individual que atua na reparação de aparelhos celulares e computadores, formalizado através do aporte de uma linha de microcrédito orientado. Para isso, foi empregada a ferramenta do Modelo de Negócios Canvas para avaliação do empreendimento em sua informalidade, os demais dados foram coletados através de observação direta e entrevista semiestruturada com o empreendedor já formalizado.

O sétimo trabalho “Análise dos recursos transferidos pelo Estado de Minas Gerais aos seus municípios mediante a Lei Robin Hood” mostra que o Estado de Minas Gerais foi o primeiro a adotar legislação específica para a distribuição da quota-parte do ICMS entre os seus municípios. Apoiando-se nas bases teóricas do federalismo e do federalismo fiscal brasileiro, e da revisão dos aspectos essenciais da LRH, a

presente pesquisa utilizou da abordagem quantitativa para analisar a evolução dos fluxos de recursos das diferentes modalidades de repasses da LRH, no período 2003 a 2015, avaliando as eventuais diferenças entre municípios com diferentes portes populacionais, bem como avaliando os eventuais efeitos das alterações nos seus critérios de repasses, vigentes a partir 2011. Os resultados dão evidências de resultado líquido positivo, apesar de que as modalidades de repasses de cunho igualitários tenham gerado resultados contraditórios, comparativamente aos seus propósitos.

Cascavel, 30 de julho de 2019.

Prof. Dr. Claudio Rojo
Editor

e

Prof. Dr. Udo Strassburg
Editor Técnico Científico